

RESENHAS

OPÇÃO: TRABALHO

— trajetórias ocupacionais de trabalhadores das classes subalternas

Celso João Ferretti

São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1988

O desafio de formular um projeto educacional comprometido com a imensa maioria da população tem sido enfrentado por muitos educadores nos últimos anos, abordando os diversos aspectos da educação e criando um acúmulo de conhecimentos que venha a permitir uma síntese.

Uma das dificuldades com que se defrontam os que se colocam nesta posição é a definição do sentido geral da educação escolar e, em particular, do ensino de 1.º e 2.º graus. A História da Educação Brasileira nos mostra que a opção entre a vinculação mecânica da escola ao mercado de trabalho e a educação geral tem se mostrado como uma contradição irredutível. Da superação desta contradição depende, em muito, a possibilidade de elaboração de um projeto educacional que possibilite o rompimento da "separação entre o mundo do trabalho e o mundo da escola", ou seja, um projeto que integre a educação escolar a uma perspectiva de transformação social.

Assim, em todas as áreas do pensamento educacional, a crítica ao reducionismo psicologista e à Teoria do Capital Humano merecem atenção especial, pois estes dois enfoques dão sustentação à concepção educacional que predominou nos últimos anos no Brasil, particularmente durante o período da Ditadura Militar, e que se mantém como hegemônica, ao menos no nível da política governamental.

A elaboração na área da Orientação Profissional sofreu influência marcante tanto do psicologismo quanto da Teoria do Capital Humano. O presente trabalho de Celso Ferretti, originalmente apresentado como tese de doutorado junto à PUC de São Paulo, reorganizado aqui em três capítulos, vem aprofundar a crítica que o autor tem feito a essas tendências no pensamento sobre a Orientação Profissional.

No primeiro capítulo o autor constata que a Orientação Profissional, da forma como está fundamentada, só tem sentido para aquela parcela da po-

pulação que tem condições de "fazer suas opções profissionais" independentemente de condicionantes econômico-sociais, ou seja, para aqueles poucos que conseguem chegar ao ensino superior, ou ao menos, ao ensino médio.

No segundo capítulo, ao colocar o problema de como as camadas populares se inserem na população economicamente ativa (PEA), o autor vai a campo e reconstitui a trajetória profissional de um pequeno grupo de trabalhadores que, por ocasião de seu levantamento empírico, se situavam em diferentes ocupações.

Esse livro levanta inúmeras questões para futuras pesquisas na área, o que é esboçado no terceiro capítulo. Além disso, a mesma pesquisa é uma contribuição à discussão da relação educação-trabalho que abrange reflexões mais amplas que a da Orientação Profissional.

Por tudo isso, trata-se de uma contribuição valiosa aos que se dedicam à reflexão sobre a escola.

Romualdo Portela de Oliveira

ENSINO DE 2.º GRAU: educação geral ou profissionalização?

Nelson Piletti

São Paulo, EPU/Edusp, 1988

Uma contribuição deste trabalho está no relato claro e sucinto da história factual do ensino médio no Brasil, destacando os antecedentes da implementação da reforma de 1971.

Os documentos e pareceres que inspiraram o projeto da Lei 5692/71, detalhes de sua tramitação no Congresso, a reação da imprensa e a legislação regulamentadora posterior são cuidadosamente levantados. Dados sobre o funcionamento do ensino de 2.º grau durante a vigência da profissionalização compulsória também são explicitados e discutidos os expedientes encontrados para burlar a lei.

Ao comentar o fracasso da reforma de 1971, o autor lembra que a democratização da escola e da

sociedade é a condição essencial para que o 2.º Grau cumpra sua função. Algumas propostas mais específicas para a escola secundária também são arroladas: o ensino de 2.º grau, sobre uma base formativa comum, deve oferecer oportunidades de aprofundamentos diferenciados; o conteúdo deve ser voltado para a valorização das ciências e a superação do enciclopedismo, sem que isto signifique subestimação das humanidades; os métodos devem ultrapassar o ritualismo vazio, possibilitando o diálogo constante, a reflexão, a autocrítica; a formação docente deve contemplar o princípio de que a relação pedagógica que se estabelece entre professor e aluno é muito mais complexa que a simples transmissão de supostos conhecimentos.

Ao lado dessas contribuições, surpreende o rumo dado à análise histórica desenvolvida. Por exemplo, a emenda n.º 35 ao projeto da Lei 5692, apresentada ao Congresso pela Bancada da Arena de São Paulo, determinando que no ensino de 2.º grau predominasse a formação profissionalizante, é caracterizada apenas como fruto de um mal-entendido episódico, pois, nas palavras do autor, "sem justificativa aparente, através de um ato que talvez possa ser qualificado de impensado, interferiu-se profundamente na liberdade relativa, a duras penas conquistada, dos sistemas de ensino e dos estabelecimentos para elaborarem os currículos escolares" (p. 41).

Outras facetas da gestação da Lei 5692 e de sua implementação também são discutidas apenas ao nível do voluntarismo dos agentes envolvidos. Assim, ao descrever o fracasso da reforma de 1971 e arrolar as contradições resultantes, tais como: o limite de acesso às universidades públicas e a ampliação de vagas em cursos superiores particulares, a impossi-

bilidade de se instituir a escola única via profissionalização obrigatória, a penúria das instalações das escolas que deveriam profissionalizar e a discrepância entre profissionalização e mercado de trabalho, o autor conclui que "a profissionalização nada mais foi do que um sonho de verão dos tecnocratas da educação", pois "os tecnocratas não raciocinam em termos da realidade concreta..." (p. 115).

Ao enfatizar o aparente, tais análises parecem ignorar o fato, já bastante discutido, de que o campo educacional não é neutro, mas ecoa, em certa medida, os embates políticos e ideológicos do todo social.

Quanto ao reflexo da luta social mais ampla na gestação e na implementação da Lei 5692, lembramos, entre outras, a análise já clássica de Luiz Antonio Cunha que, em textos da década de 70 publicados em seu livro *Educação e Desenvolvimento Social no Brasil*, diagnosticava que o sistema de ensino no país estava passando por um processo de recomposição de seus mecanismos de discriminação social, afirmando ainda que a implementação da reforma de 1971 não pode ser entendida como um processo alheio às relações de poder que movem o Estado. "Ao contrário, ela (a reforma) era necessária, pois sua implementação permitiria ao Estado a realização de sua política econômica, que é a dimensão dominante de sua política" (p. 247).

De todo modo, a obra de Piletti pode provocar o aprofundamento de estudos críticos que venham esclarecer melhor as bases históricas e sociais das políticas educacionais e as relações sempre cambiantes entre educação e sociedade.

Dagmar Zibas